

JOÃO VICTOR CARLONI DE CARVALHO

TUTELA DA
EVIDÊNCIA
NO ORDENAMENTO
PROCESSUAL CIVIL
BRASILEIRO

Tutela da Evidência no Ordenamento Processual Civil Brasileiro

© João Victor Carloni De Carvalho

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: José Silva Sobrinho

1182272

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C331f Carvalho, João Victor Carloni de.

Tutela da evidência no ordenamento processual civil brasileiro / João Victor Carloni de Carvalho. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.

173 p. : 16 x 23 cm

ISBN 978-65-5526-072-4

1. Eficácia e validade do direito. 2. Processo civil – Brasil. 3. Tutela de evidência. I. Título.

CDD 347.8105

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. TUTELA PROVISÓRIA: TUTELAS DE URGÊNCIA, EVIDÊNCIA E SATISFATIVAS AUTÔNOMAS	23
1.1. Noções introdutórias	23
1.2. Tutelas Provisórias.....	27
1.2.1. Tutela em cognição exauriente x tutela em cognição sumária	27
1.2.2. Relato histórico das Tutelas Provisórias no direito processual	29
1.2.3. Tutelas Provisórias nos ordenamentos estrangeiros	32
1.2.4. Fundamentos constitucionais das Tutelas Provisórias	35
1.2.5. Tutelas provisórias no CPC/2015 – “Nova” sistematização	41
1.2.6. Disposições gerais da Tutela Provisória no CPC/2015.....	44
1.3. A Tutela provisória de urgência	47
1.3.1. Tutela antecipada e cautelar	47
1.3.2. Regime da tutela provisória de urgência no CPC/2015.....	51
1.3.2.1. Requisitos para concessão da tutela de urgência	52
1.3.2.2. Reversibilidade da medida e prestação de caução	60
1.3.2.3. Momento de concessão da tutela de urgência	64
1.3.2.4. Concessão de ofício das tutelas de urgência	66
1.3.2.5. Poder geral de cautela do juiz	68
1.3.2.6. Responsabilidade da parte por dano causado com a efetivação da medida	71
1.3.3. Tutelas de urgência requeridas em caráter antecedente.....	72
1.3.3.1. Da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	73
1.3.3.2. Da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	79
1.3.4. Tutelas satisfativas autônomas	83

CAPÍTULO 2

2. TUTELA DA EVIDÊNCIA – HIPÓTESES TÍPICAS, TAXATIVAS OU EXPLÍCITAS: AS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NO ART. 311 DO CPC/2015.....	85
2.1. Tutela da Evidência – noções introdutórias	85
2.2. Hipóteses taxativas da Tutela da Evidência.....	90
2.3. A Tutela da Evidência expressamente contida no art. 311 – análise doutrinária e jurisprudencial.....	92
2.3.1. Quando caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte (art. 311, I do CPC/2015).....	93
2.3.2. Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (art. 311, II do CPC/2015).....	97
2.3.2.1. O sistema de precedentes judiciais trazido pelo CPC/2015.....	97
2.3.2.2. Análise da hipótese de concessão da Tutela da Evidência com base em prova documental subsidiada por precedente judicial.....	102
2.3.3. Pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito (art. 311, III do CPC/2015).....	110
2.3.3.1. Definição legal-doutrinária de contrato de depósito.....	110
2.3.3.2. A “ressurreição” da ação de depósito.....	111
2.3.3.3. A concessão da Tutela da Evidência lastreada no contrato de depósito.....	114
2.3.4. Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (art. 311, IV do CPC/2015).....	116
2.4. Considerações acerca da tutela da evidência: aspectos sobre a concessão em caráter antecedente; estabilização da tutela; concessão liminar e de ofício.....	121

CAPÍTULO 3

3. HIPÓTESES ATÍPICAS, NÃO TAXATIVAS, IMPLÍCITAS OU EXTRAVAGANTES DA TUTELA DA EVIDÊNCIA NO ORDENAMENTO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	125
3.1. Considerações iniciais.....	125
3.2. A liminar nas ações possessórias	126
3.3. Tutela inicial concedida em ação monitória	130
3.4. Liminar em embargos de terceiro.....	134
3.5. Tutela da evidência recursal	137
3.6. Indisponibilidade dos bens em ação de improbidade administrativa	143

3.7. Liminar de busca e apreensão em alienação fiduciária	147
3.8. Liminar de desocupação nas ações de despejo	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163
ÍNDICE ALFABETO REMISSIVO	171